

ANTON WILHELM AMO: FILÓSOFO NEGRO NO ILUMINISMO E A DESCOLONIZAÇÃO DA FILOSOFIA NAS ESCOLAS

BLACK PHILOSOPHER IN THE ENLIGHTENMENT AND ANTON WILHELM AMO AND THE DECOLONIZATION OF PHILOSOPHY IN SCHOOLS

*Carlos Eduardo Gomes Nascimento*¹

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre a educação e a filosofia no ensino médio, analisando o contexto histórico da obra do filósofo negro, Anton Wilhelm Amo. Nascido na África, no início do século XVIII, Amo, ainda criança, foi entregue como presente a nobres europeus. Educado no contexto do Iluminismo, tornou-se filósofo e professor em Universidades alemãs. A história e a filosofia de Amo continuam desconhecidas de muitos docentes de filosofia do ensino médio e superior, raramente contada aos jovens estudantes. O texto busca provocar: em que sentido a presença de Amo, na história da filosofia, relaciona-se com a ideia de descolonização no ensino de filosofia no Brasil? Para tanto, o texto aborda o conceito de raça e do racismo na filosofia; apresenta as obras filosóficas de Amo: “De humanae mentis apatheia” (1734) e “O tratado sobre a arte de filosofar com sobriedade e precisão” (1737); debate a descolonização na didática em filosofia no ensino médio. Por fim, demonstra que a importância da apresentação da vida e da filosofia de Amo às novas gerações possibilita outras formas de pensar a filosofia na educação.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Racismo. Iluminismo. Anton Wilhelm Amo.

Abstract: The article proposes a reflection on education and philosophy in high school, analyzing the historical context of the work of the black philosopher, Anton Wilhelm Amo. Born in Africa in the early 18th century, Amo, a child, was given as a gift to European nobles. Educated in the context of the Enlightenment, he became a philosopher and professor at German Universities. The history and philosophy of Amo unknown to many high school philosophy teachers, rarely told to young students. The text seeks to provoke: in what sense does the presence of Amo, in the history of philosophy, relate to the idea of decolonization in the teaching of philosophy in Brazil? To do so, it addresses the concept of race and racism in philosophy; presents the philosophical works of Amo: “De humanae mentis apatheia” (1734) and “The treatise on the art of philosophizing with sobriety and precision” (1737); debate on decolonization in didactics in philosophy in high school. Finally, it shows that the importance of the presentation of the life and the philosophy of Amo to the new generations can other ways of thinking the philosophy in the education

Keywords: Teaching Philosophy. Racism. Enlightenment. Anton Wilhelm Amo.

1. Uma história reavivada

A antiga civilização do povo negro Ashanti, cujos descendentes atualmente habitam Gana, na África, ainda hoje conta a existência de Ananse, o homem com corpo de aranha, que espalhou as histórias pelo mundo, criando uma teia de saberes. Ananse

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: carlos_gomes02@hotmail.com

(BADOE; DIAKITÉ, 2017) desejoso de contar histórias ao seu vilarejo para acabar com a tristeza, teceu uma rede até o céu, onde habitava Nyame, o Deus do Céu, dono das histórias sobre grandes feitos das civilizações da África, mas também das vidas de pessoas comuns. Quando chegou ao céu, Ananse pediu a Nyame um baú de histórias, mas este não queria dividir os encantos das histórias. Observando que Ananse era frágil e pequeno, Nyame sorriu e resolveu brincar com aquele ser vindo da terra.

Nyame pediu para que Ananse realizasse três tarefas difíceis, imaginando que este desistiria do baú de histórias. Primeiro pediu que trouxesse Osebo, um leopardo de terríveis dentes; segundo, os Mmboros, os marimbondos de ferrões de fogo e, em terceiro, a Moatia, a fada nunca vista. Após artimanhas, Ananse consegue capturar Osebo, Mmboro e a Moatia. Nyame maravilhado com a proeza do pequeno Ananse, recompensa-o, com o baú de histórias. Assim, Ananse pode transmitir às pessoas as experiências e sabedoria, ao torna-se um contador de histórias.

As lições de Ananse legam à presença no tempo e na memória de várias gerações, criando vínculos entre o antigo povo Ashanti e a moderna Gana. Quando Ananse espalhou suas histórias pelo mundo, ao longo do tempo, no entanto ele não imaginava que algumas histórias seriam esquecidas, outras sofreriam uma tentativa de apagamento. Há histórias que necessitam ser reavivadas na memória, para não serem esquecidas. Outras histórias precisam ser resgatadas da tentativa de apagamento, apesar de escondidas por séculos.

Essa é a história de um jovem negro, Anton Wilhelm Amo² (1703-1758) nascido no povo Nzema (originário da civilização Ashanti), da etnia Akam, em uma pequena aldeia de Axim, local de intenso tráfico de africanos escravizados. Assim como na história contada por seu povo sobre Ananse, o homem aranha, esse jovem negro teceria redes de histórias em territórios distantes, apesar das adversidades. Anton Wilhelm Amo enfrentou árdua viagem para longe de sua terra natal: aquela criança negra foi oferecida como presente aos nobres de uma cultura diferente e causou estranhamento aos homens brancos, pois era inteligente e astuta. Embora tenha recebido o nome e a educação dos nobres, era cativo. Apesar de educado em cultura diferente dos seus ancestrais, criou uma rede de saberes, como Ananse, o herói das histórias de seu povo. Amo tornou-se um filósofo e professor de universidades, na Europa Iluminista, mas sua história fora subtraída da possibilidade de imaginar de várias gerações.

² Adota-se o nome Anton Wilhelm Amo, conforme os artigos de William E. Abraham (1968) e Kwasi Wiredu (2004), embora haja outros registros: na língua inglesa, Anthony William Amo; na língua francesa, Antoine Guillaume Amo e em latim, Antonius Gvilielmus Amo.

Este ensaio objetiva apresentar a vida e a obra filosófica de Anton Wilhelm Amo. Em primeiro lugar, aborda-se o contexto histórico em que viveu Amo, durante o Iluminismo na Europa, no início do século XVIII, período do pensamento explorado nos livros didáticos de filosofia do Ensino Médio (CHAUI, 2013; ARANHA; 2014; GALLO, 2013). Em segundo lugar, considera-se a sua filosofia a partir de algumas ideias presentes nas suas duas obras filosóficas conhecidas: “De humanae mentis apatheia” (1734) e “O tratado sobre a arte de filosofar com sobriedade e precisão” (1737) na tentativa de compreender os limites e as possibilidades da razão humana. Em terceiro lugar, debate-se as formas de dialogar sobre a descolonização do saber filosófico, a partir da história e do pensamento de Anton Wilhelm Amo, questionando o porquê da exclusão dos filósofos negros nos livros didáticos brasileiros.

O ensaio demonstra que Anton Wilhelm Amo, filósofo negro, cuja presença nos espaços intelectuais e acadêmicos Iluministas transitou entre o reconhecimento à hostilidade a sua permanência, teve seu pensamento apagado a partir da divulgação da concepção de raças pelos discursos científico e filosófico para a condição moral e racional dos negros. Fundamenta-se na leitura de filósofos africanos contemporâneos sobre a filosofia de Amo, como William E. Abraham (2004) e Kwasi Wiredu (2004), dentre outros.

2. Um negro no Iluminismo

Em meio a uma nova ordem econômica que se estabelecia a partir do século XVI, o filósofo inglês Francis Bacon (1973) expressava o saber, o domínio e o poder do homem sobre a própria natureza. As concepções forjadas naquele momento histórico fundamentaram práticas de exploração de povos e culturas diversas. Quando os europeus se depararam com povos de culturas até então desconhecidas, começaram a se questionar: quem eram aqueles povos, os outros, os diferentes? Sem qualquer dúvida ou sombra do pecado, o saber-poder europeu estabelecia as distinções entre os seres humanos brancos e os não-brancos; civilizados e selvagens, os livres e os subjugados e escravizados. Assim, argumentos teológicos justificaram o domínio e a escravização de povos de terras distantes como as Américas, a Índia e a África, a partir de interpretações de mitos bíblicos como o de Cam. Conforme escreve William Pinar (2008, p. 37):

Os europeus remitologizaram o Gênesis em termos raciais, posicionando os africanos na base da “Grande cadeia da existência humana”, uma hierarquia metafísica, “científica” e sexualizada no seu apogeu de aceitação durante o século XVIII. Nas suas explorações da alteridade pelo comércio escravo, os europeus imaginaram que elas eram justificadas pela religião e, mais tarde, pela ciência.

O discurso racista de base teológica inicialmente buscou justificar a escravidão, principalmente, de pessoas negras, alvo do tráfico de escravos para as colônias americanas. Durante o século XVIII, na Europa, as justificativas teológicas para a escravidão negra cederam espaço para outros discursos, como o científico.

Para o Iluminismo, expressão filosófica europeia, o uso da razão, através da ciência, da filosofia, da arte e da política, seria capaz de oferecer autonomia e liberdade aos homens. No texto “Resposta à pergunta: o que é o iluminismo”, o filósofo alemão Immanuel Kant (1995, p. 11) expõe os ideais do espírito iluminista:

Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. Mas qual é a restrição que se opõe ao iluminismo? Qual a restrição que não o impede, mas antes o fomenta? Respondo: o uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode levar a cabo a ilustração entre os homens; o uso privado da razão pode, porém, muitas vezes coarctar-se fortemente sem que, no entanto, se impeça por isso notavelmente o progresso da ilustração. Mas por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado

Nesse contexto, estabeleceu-se o discurso científico e filosófico, de domínio do homem sobre a natureza. O discurso científico também tentou definir e distinguir as raças humanas, assim, fundamentava-se o racismo no caráter biológico sobre raças, na doutrina da hierarquia racial. O pensamento filosófico do período também apresenta tais concepções, como visto, por exemplo, no ensaio “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime” publicado por Kant em 1764, inspirado em declarações do filósofo inglês David Hume:

[...] dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores (KANT, 1993, p. 75).

A transição entre o discurso racista teológico para o discurso racista científico, biológico e filosófico ocorreu no contexto Iluminista, quando o tráfico de crianças, mulheres e homens negros não era mais um negócio tão lucrativo, momento que os colonizadores europeus se interessam por dominar e explorar o território africano, através de empresas como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Com a taxinomia de Carl Nilsson Lineu, médico sueco, contemporâneo de Amo, estabeleceu-se uma ordem natural na classificação dos seres vivos, inclusive os homens. Lineu foi o primeiro a utilizar a terminologia *homo sapiens*, classificando os seres humanos relacionando a cor da pele, origem e comportamento. Sobre essa classificação, observa Kabengele Munanga (2003):

Americano, que o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado. **Asiático**: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas. **Africano**: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados. **Europeu**: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

Essa classificação sobre as raças, publicada pela primeira vez em 1735, foi revista na 10ª edição *Systema Naturae*, em 1758, quando Lineu ultrapassa os limites das ciências naturais para fazer inferências entre a cor da pele, a inteligência, a cultura dos povos, tendo como parâmetros positivo apenas as características europeias. A partir dessa taxinomia, definiu-se aspectos psicológicos, princípios e valores sobre as raças.

Na perspectiva do Iluminismo, a defesa da ciência e da razão constituíram-se como fatores fundamentais para a emancipação humana. A capacidade de aprender, de conhecer e de distinguir entre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o belo e o feio, era uma das questões que mais inquietavam os pensadores iluministas do início do século XVIII. Mas, a razão seria comum em todos os homens? E os negros seriam capazes de utilizar a razão de modo claro e distinto na observação filosófica sobre o mundo?

Conforme William E. Abraham (2004), quando Anton Wilhelm Amo, o menino negro de Axim, com cerca de 3 anos, começou sua longa jornada para Europa (enviado para Amsterdã por um pregador que havia cristianizado sua família), com a promessa de ser batizado e instruído para prestar serviços à Companhia das Índias Holandesas; sua

família, não imaginava que outro destino havia sido traçado para aquela criança. No entanto, como a Companhia das Índias Holandesas não se interessava em batizar nem instruir pessoas negras, tanto que o irmão gêmeo de Amo fora traficado como escravo para o Suriname, Amo foi enviado para a Alemanha. Sem liberdade, o destino de Amo seria semelhante ao do irmão: foi entregue como um presente ao duque de Brunswick-Wolfenbüttel, Anton Ulrich, que era fomentador do pensamento do Iluminismo e tinha como seu bibliotecário o filósofo Gottfried Leibnitz. O menino Amo despertou interesse do Duque, que o batizou na Capela Saltzthal do Castelo Wolfenbüttel, em 1708, deu-lhe o nome dos seus filhos: Anton Wilhelm e Rudolph Mohre. Esse cuidado estendeu-se também em torno da formação acadêmica de Amo.

A presença de Amo na Alemanha não representava uma tentativa de assimilação de pessoas negras na Europa, de considerá-las iguais. Naquele momento, os negros eram tomados como mão de obra e produto de venda para as colônias. A definição do discurso científico e filosófico que distinguiu os homens por raças ainda não havia ocorrido. No entanto, durante o processo de imersão de Amo na cultura europeia, estava em jogo saber se o negro teria capacidade de aprender assim como os brancos. Constituíam-se como uma espécie de experimento do Iluminismo, fato ocorrido anteriormente com outras crianças negras, em que o cerne era compreender se negros tinham alguma potencialidade racional.

Anos antes de receber Amo como presente, o duque de Brunswick-Wolfenbüttel soube da presença de uma criança negra na corte do Czar da Rússia, era Abram Petrovich Gannibal, o bisavô do escritor russo Aleksandr Púchkin. O jovem Gannibal fora trazido da Etiópia, apadrinhado pelo Czar russo, estudou na França do Iluminismo e tornou-se engenheiro militar. Outro jovem africano na Europa Iluminista foi Ângelo Soliman, um intelectual que residia em Viena na casa do príncipe Liechtenstein, onde era tutor dos filhos do príncipe. Soliman se casou com uma mulher europeia, frequentava o círculo intelectual de Viena, mas após sua morte em 1796, teve seu corpo esfolado, emplumado e exposto nu como um selvagem, com penas e conchas no Coleção Imperial de História Natural (WIEN MUSEUM, 2012).

Se, por um lado, os experimentos da ilustração feitos pelos nobres europeus com crianças negras, no início do século XVIII, demonstraram óbvia igualdade entre negros e brancos em aprender, por outro lado, também apontaram, na história, as origens de uma taxinomia das raças. As crianças negras dadas como presente aos nobres europeus demonstraram que a capacidade intelectual entre o negro e o branco em nada diferia. Segundo relata o filósofo contemporâneo Kwasi Wiredu (2004) Amo, quando criança,

ouviu questionamentos acerca da capacidade mental dos negros, assim ele ofereceu conscientemente sua própria vida como uma resposta.

Histórias como a de Amo, Gannibal, Soliman e outros, foram ao longo do tempo apagadas e tratadas com indiferença. Essas crianças africanas representavam não apenas a raça negra, mas toda uma longa história, com diversas culturas, línguas e cor da pele do continente africano, através de seus diversos povos. Homens e mulheres da África não precisariam ser cobaias dos experimentos intelectuais dos europeus. Se a experiência era testar que os africanos poderiam encontrar um lugar na civilização, enquanto seres civilizados, o resultado parece ter sido amoldado perfeitamente, afinal a resposta dada pela Europa tentou apagar as culturas da África pela violência da escravidão. Tal violência foi ampliada no século XX com o neocolonialismo e o genocídio perpetrado por militares e cientistas europeus. Como ocorreu, por exemplo, quando os povos hererós e namaquas na Namíbia, foram considerados subumanos, escravizados por empresas alemãs e depois assassinados em campos de concentração no início do século XX (BBC, 2017).

Com efeito, a história do *afer*, que significa *negro* em latim (como Amo assinou em sua dissertação defendida na Universidade de Whiteberg, em 1734), representa o desvelar das origens do discurso racista. Esse discurso ainda ronda as relações políticas e educacionais na atualidade, embasado na capacidade de aprender supostamente distinta entre brancos e negros, como por exemplo, a censura à política de cotas para pessoas de cor negra nas universidades seria justificada, entre outros fatores, porque alunos negros cotistas teriam desempenho acadêmico inferior e poderiam prejudicar a qualidade dos cursos. De base racista, tal argumento se provou falho por inúmeras pesquisas. (CARVALHO, 2001; PEIXOTO, RIBEIRO, BASTOS, RAMALHO, 2016).

É difícil imaginar quais foram os sacrifícios impostos para um homem de pele negra como Amo ao frequentar, publicar e ensinar numa Universidade europeia. Assim como o personagem Ananse, pequeno e fraco, ao enfrentar e aprisionar grandes feras, Amo encontrava-se completamente sozinho. Quando as transformações na mentalidade europeia dessa época acerca dos povos não-europeus difundiam cada vez mais ideais racistas, a presença de Amo nos meios acadêmicos da Alemanha foi se apagando.

Os discursos sobre os outros do período Iluminista, no século XVIII, tem muito a revelar sobre o racismo que encontra-se nas relações político-sociais seja no trabalho, em que pessoas negras ocupam mesmo emprego que brancos e recebem menor salário, nos casos recorrentes no Brasil de trabalho análogo a condição de escravos nos grandes

latifúndios; seja no momento em que Estado adentra a periferia das grandes cidades alegando interesse em pacificar, enquanto mata jovens negros; seja na opção feita pelos professores de filosofia ao ensinar os mais jovens uma tradição Iluminista da filosofia nas escolas, não reconhecendo outras formas de compreender filosoficamente o mundo.

3. A filosofia de Anton Wilhelm Amo

Amo correspondeu a todas exigências de uma formação acadêmica no século XVIII. Segundo Willian E. Abraham (2004), o jovem negro dominou as seguintes línguas: alemão, holandês, francês, latino, grego e hebraico. Entre 1717 a 1720, Amo cumpriu o preparatório na *Wolfenbüttel Ritter-Akademie* para a formação acadêmica que constitui-se em direito, filosofia e medicina. De 1721 até 1724, estudou na Universidade Helmstedt, centro conservador do protestantismo, no entanto, Amo não pode defender nenhuma tese, por conta da dificuldade criada pelos professores. Segundo Abraham (2004), na Universidade Halle, com o professor Christian Wolff, renomado filósofo, defensor do Iluminismo (*Aufklärung*) que buscava arduamente a secularização da educação universitária, enfim, Amo encontrou um ambiente diferente, com maior tolerância intelectual. Em Halle defendeu sua tese em direito: “Sobre o direito dos Mouros na Europa”, em 1727. A defesa de Amo foi registrada no Jornal da Universidade Halle, conforme pesquisa de Abraham (2004, p. 192, *tradução nossa*):

Residiu aqui, por algum tempo, um africano chamado Antonius Wilhelmus Amo, que pertencia à casa do duque de Brunswick-Wolfenbüttel. Ele dominou completamente a língua latina, com muita dedicação e com grande sucesso estudou aqui na Escola de direito privado. (...) A dissertação com o tema “De Jure Maurorum in Europa”, ou seja, sobre os direitos dos negros africanos na Europa, apropriado ao seu status e circunstância, foi aprovada. A tese fundamentava-se na Lei e na História, em que os reis africanos eram uma vez vassalos do imperador romano e que cada um deles tinha uma patente imperial, que Justiniano também havia concedido. Seu argumento também examinava a questão de saber até que ponto a liberdade ou a servidão dos africanos na Europa, traficados pelos cristãos, estavam de acordo com as leis comumente aceitas naquele momento.

A dissertação “O direito dos Mouros na Europa”, confere a Amo o pleno reconhecimento de origem africana e daqueles que se encontravam entre a liberdade e a servidão na Europa. O texto de Amo concluía, segundo indica Abraham (2004), que a servidão dos africanos na Europa estava em conflito com os princípios legais encontrados

na história do direito romano. Infelizmente a dissertação se perdeu, possivelmente, deliberadamente apagada dos registros, não só por conta da repercussão entre os acadêmicos da Universidade de Halle, na defesa do direito dos negros contra a escravidão, mas a favor da liberdade. A liberdade implica escolhas. Afirmar de que o negro é um ser pensante, capaz das mesmas realizações pode ter sido intolerável à alguns intelectuais no Iluminismo. A igualdade entre negros e brancos era o objetivo da tese de Amo, que gerou celeuma na Universidade de Halle, a par disso, o professor de direito, Johann von Ludewig, que presidiu sua defesa, confiante na potência intelectual do jovem *afër*, encaminhou-o para a Universidade Wittenberg.

Na Universidade Wittenberg, em 1734, Amo defendeu sua segunda dissertação, com a orientação do professor Gotthelf Loescher, “De humanae mentis apatheia”. Trata-se de um texto de conteúdo filosófico, que conferiu a Amo o título de mestre, dando a possibilidade de ensinar medicina (ABRAHAM, 2004). O filósofo negro esclarece nessa dissertação o objetivo de investigar como seria possível à mente a capacidade de agir e sofrer junto ao corpo, segundo o pensamento do filósofo francês René Descartes. Acerca dessa controvérsia filosófica escreveu Amo (2010, p. 20, *tradução nossa*): “O homem sente as coisas materiais não por sua mente, mas por seu corpo vivo e orgânico. Eu pretendo defender essa declaração contra Descartes”.

Descartes fez uso da metáfora do marinheiro, nas “Meditações sobre Filosofia Primeira” (2004) para expressar uma união substancial entre o corpo e a mente, segundo a qual: “A natureza também me ensina, por essas sensações de dor, fome, sede etc., que não estou presente a meu corpo como o marinheiro ao navio. Estou a ele ligado de modo muito estreito e como que misturado com ele, a ponto de com ele compor uma só coisa” (DESCARTES, 2004, p. 175).

O esforço da metáfora filosófica de Descartes para uma união substancial a mente (o marinheiro) e o navio (o corpo), resultada da tentativa de expor sobre a capacidade de sentir aos seres humanos. Esse problema enfrentado por Descartes, se mostrava contraditório para Amo, na sua tese “De humanae mentis apatheia”. Descartes havia buscado uma clara distinção entre a mente (*res cogitans*) e corpo (*res extensa*) em parte de sua obra filosófica, como no “Discurso do Método” (1973, p. 47): “De sorte que esse eu, isto é, a alma [mente], pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e, mesmo, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, ainda que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é”.

Segundo Amo (2010, p. 20), para Descartes, a mente humana possui duas disposições sobre as quais descansa todo o conhecimento, a primeira é que ela pensa e a segunda é que está ligada a um corpo com o qual a mente pode sentir. Desse modo, o filósofo negro assume uma posição de discordância ao pensamento de Descartes. Conforme Amo (2010, p. 20, *tradução nossa*): “Em resposta a essa questão, solicitamos cautela para discordar: a favor da sua união, questionamos que a mente age com o corpo, para negar que a mente sofra com o corpo”. Nesse sentido, a investigação de Amo expressa mesmo que a mente e o corpo atuem juntos graças a uma mútua união na percepção de mundo, a mente não sofre junto com o corpo.

Conforme Kwasi Wiredu, no artigo “Amo’s Critique of Descartes’ Philosophy of Mind” (2004), não era apenas a ideia da união substancial entre a mente e o corpo que Amo considerava questionável filosoficamente. Para Amo, o equívoco de Descartes estava na noção de que nada além de uma coisa pensante (*res cogitans*) poderia sentir dor, o corpo seria um meio para que a mente sentisse. Na visão de Amo, o ato de pensar não deveria ser confundido com ato do sentir (WIREDU, 2004, p. 202).

Segundo esclarece Christine Damis (2002), a concepção filosófica de Amo explora o contexto da medicina do século XVIII. As teorias médicas dividiam-se na posição mecânica (em que seus defensores acreditavam que o corpo humano era regido unicamente por forças mecânicas e que a mente tinha pouca ou nenhuma relação) e a posição defendida pelos discípulos do médico Georg Ernst Stahl (os stahlins, que consideravam a mente como o princípio de condução do corpo e como motivo de ações). Assim, a posição de Amo expressou, segundo Damis (2002), o dualismo entre o corpo e a mente, caracterizando-se como um mecanicista moderado. Com efeito, o corpo é passível de sensações como a dor, enquanto a mente apenas toma conhecimento da dor que é sentida. Desta forma, ao tomar conhecimento de dores corporais não se exige que a própria mente sinta dor, ou sinta qualquer coisa.

Os filósofos africanos Abraham e Wiredu (2004) observam que embora a concepção de filosofia de Amo não seja explicitamente africana, aproximou-se dos saberes tradicionais da cultura *Nzema*. Como observa Abraham (2004, p. 198), quando Amo deixou Axim na infância, já dominava a língua *Akan*. Ao ser um dos primeiros filósofos a questionar a *episteme* cartesiana, Amo parece ter reencontrando outra forma de sentir e pensar o mundo, semelhante a experiência metafísica do povo *Akan*. Para Wiredu, as imagens e nas palavras da cultura *Nzema*, estavam gravadas no fundo das

memórias de sua primeira infância de Amo. Conforme escreve Wiredu (2004, p. 204, *tradução nossa*):

A palavra *Akan* para a mente é *adwene*, e eu ficaria mais surpreso ao conhecer um *Akan* que pensa sentir uma sensação — uma dor, por exemplo — com o seu *adwene*. Não! Você sente uma dor com o seu *honam* (carne), não com seu *adwene*. O último é apenas para pensar. E isso é exatamente o que Amo parece ter discutido no que diz respeito à sua tese de *apatheia*.

Segundo a interpretação de Wiredu, não significa dizer que Amo, em “*De humanae mentis apatheia*”, tenha adotado um ponto de vista mais profundo que o dualismo cartesiano entre mente e corpo, mas que o pensamento de Amo apresenta o reencontro com a cultura Akan, presente em sua memória, porque aos akans os seres humanos sentem com o seu *honam*, e não com a mente, *adwene*. Ao problematizar a tese, Wiredu tenta compreender porque Amo foi tão insistente em discordar que a mente pode sentir, uma ideia que estava fora de sintonia com aquele ambiente intelectual e em sintonia com a de a cultura Akan. Para Wiredu (2004), embora Amo tenha sido enviado de sua pátria para Europa, em sua primeira infância, ele manteve laços afetivos por um senso inflexível de orgulho às suas origens. Amo denominava-se no título de suas teses como “*afer*” (africano), além do debate empreendido sobre a identidade africana na Europa na sua obra perdida já citada “*Sobre o direito dos mouros na Europa*”.

Certamente, ele tinha mais do que orgulho de seu lugar de origem, pois alguém sem uma profunda noção de identidade e afetividade com suas origens poderia muito bem ter perdido o paradeiro de sua família na África. No entanto, Amo retornou para casa depois de mais de 40 anos, reencontrando-se com seu pai, irmã e família. Assim, a então concepção não sensorial da mente representa uma espécie de sobrevivência cultural do povo Akan na psique de Amo, que se manteve ao longo da sua vida mesmo distante de suas origens (WIREDU, 2014, p. 204).

Conforme lembra Wiredu (2004), a obra de Amo não ocupa automaticamente um lugar na filosofia africana, apesar disso, pode-se pensar e questionar uma dimensão da cultura Akan na filosofia de Amo, na qual resiste o evidente reconhecimento de quem se é: um negro e africano na Europa Iluminista, ante a assinatura de suas obras filosóficas.

A última obra filosófica conhecida de Amo foi “*O tratado sobre a arte de filosofar com sobriedade e precisão*”, que conferiu o título de doutor em filosofia na Universidade de Wittenberg, em 1737. Nessa obra, Amo (2010, p. 57) expõe que a filosofia é um saber

certo, demonstrativo e real, um saber imutável; todo aquele que pretende conhecer esse saber é chamado de filósofo.

5. Descolonizando a filosofia nas escolas

O filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011) lembra que o continente africano sofreu com a violência de guerras durante a colonização europeia e o povo negro foi objetificado no mercado escravocrata transatlântico. O pensamento europeu sobre as civilizações antigas de povos africanos baseou-se no modelo universal de homem, considerando o europeu como único ser dotado de razão. O processo de colonização tentou silenciar o pensamento e a filosofia dos povos africanos arrogando a autoridade de definir filosofia apenas associada a tradição dos povos brancos europeus. Assim, o colonialismo estendeu suas redes de poder sobre a forma de pensar e ensinar filosofia até os dias atuais, refletindo a perspectiva daqueles que exercem poder sobre os outros, especialmente poder físico, psicológico e intelectual. Escreve Ramose (2011, p.):

É sob o disfarce da ciência e do profissionalismo que a dúvida sobre a existência da Filosofia Africana é expressa. É de suma importância reconhecer que esta dúvida é expressa a serviço da busca do poder para ter apenas um significado específico determinado pelos detentores da autoridade, como o significado autêntico da filosofia; o “universal”, ou seja, apenas um lado, determina o significado do termo filosofia.

Pensar a descolonização da filosofia, traz novas relações ao contexto filosófico e histórico, a fim de apresentar saberes que durante gerações foram suprimidos, possibilitando que os jovens possam se inspirar em outras possibilidades filosóficas de pensar e criar o mundo. No livro, “Os condenados da terra”, o filósofo e médico negro Fanon (2010, p. 52) escreveu: “É preciso descolonizar as nações, mas também os seres humanos. Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história”.

Durante a formação cultural do seu povo, o Brasil recebeu forte influência africana. No entanto, a abordagem de pensamento de mundo e os saberes trazidos pelos negros sofreram tentativas de apagamento pelas instituições, inclusive a escolar. Além disso, a população afrodescendente encontra-se marginalizada ao longo da história da educação brasileira, que perpetua os resquícios de uma sociedade elitista, segundo a qual, ter o direito a qualquer direito prescreveria uma situação de privilégios.

Na passagem do século XIX ao século XX, por exemplo, o Estado brasileiro negligenciou a educação para mulheres e homens, em sua maioria de origem negra, outrora escravizados, agora ditos “livres”, marginalizados na cidade. Considerados cidadãos de segunda categoria pelo Estado, não podiam votar, devido à legislação, decorrente do analfabetismo. Sem o acesso à educação escolar, sem possibilidade de efetivar a voz e a ação sobre o mundo, as pessoas negras ainda hoje lutam por direitos. Segundo Albuquerque e Fraga (2006, p. 197), no livro “Uma história do negro no Brasil”:

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativo. Para eles a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca. Na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos negros brasileiros após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação.

Na construção político e social brasileira, a demonstração contundente dos efeitos da ausência na educação reflete não só falta de conhecimento sobre a cultura afrodescendente, mas também falta de representatividade de filósofos e pensadores negros nos espaços educacionais. Como resultado da luta das pessoas negras no Brasil, durante todo o século XX, em favor do direito à educação e do reconhecimento da cultura afro-brasileira, surgiu a Lei nº 10.639/2003 que estabeleceu a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira no ensino básico. A publicação desse marco legal, fomentou o debate acerca das questões raciais na educação, provocando a reflexão sobre a formação inicial e continuada dos professores, sobre quais os recursos didáticos possibilitariam o envolvimento do professor e dos estudantes com a cultura e a história afrodescendente brasileira.

O debate sobre a formação inicial e continuada dos professores de filosofia do ensino médio perpassa a falta de materiais didáticos que os apoiem na reflexão sobre a história do pensamento filosófico africano e afrodescendente no Brasil. Conforme Renato Nogueira (2017):

No PNLD, de 2014 a 2017, no que se refere à evolução da produção epistemológica do material, sob análise do epistemicídio antiafricano, os livros aprovados não continham conteúdos filosóficos africanos e indígenas. No entanto, já em 2017, no último processo técnico de

escolha (PNLD 2018 a 2022), no que se refere aos sete livros acima citados, observa-se que já trazem um certo debate; porém, sem os devidos interlocutores continentais, como, por exemplo, o trabalho de Nogueira (NOGUEIRA, 2014), que possibilite nortear o assunto nas salas de aulas. Portanto, no intuito de melhor apresentar a discussão em torno da problemática que aqui se delineia, seguem abaixo, nas próximas linhas, algumas discussões em torno da defesa dos conteúdos filosóficos no ensino de Filosofia e Relações étnicorraciais, sobretudo, na formação docente, PNLD.

Para Nogueira (2017) trata-se de um “epistemicídio antiafricano”, conceito explorado pelo filósofo Mogobe Ramose (2011, p. 9): “Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados”. O epistemicídio antiafricano operou-se como processo de colonização não só material, mas também intelectual.

Por meio do epistemicídio negou-se ao conhecimento de novas gerações a existência do pensamento de filósofos africanos antigos e modernos, como Anton Wilhelm Amo. Essa forma perversa de colonizar enraizou-se também na educação, expulsando os filósofos negros do ensino de filosofia nas escolas.

A descolonização da filosofia nas escolas perpassa a formação do docente das licenciaturas dos cursos de Filosofia. Uma das formas de criar resistência ao racismo na história do pensamento filosófico para que todos os estudantes brasileiros, principalmente, os afrodescendentes possam refletir sobre a própria história. Nesse contexto, falar da África, da população negra brasileira e da filosofia feita por mulheres e homens negros não deve restringir-se há um momento específico, o dia da consciência negra, mas deve ser um exercício fundamental nos currículos do ensino médio.

Descolonizar a filosofia é um processo novo, que requer esforço permanente dos professores formadores em quebrar preconceitos desde as Universidade, até a formação inicial dos estudantes de licenciatura em compreender novas formas de pensar o mundo e o tempo humano, bem como formação continuada dos professores atuantes no ensino médio. Descolonizar a filosofia retira dos escombros do racismo, histórias e obras filosóficas como de Anton Wilhelm Amo, assim como de outros filósofos negros e afrodescendentes. Para que essas histórias constituam um legado às novas gerações, debatendo pensamentos e as culturas capazes de pensar o mundo de outro modo, tão diverso e plural.

Considerações finais

Sankofa é o ideograma Akan de um pássaro que tem sua cabeça voltada para trás, com a qual voltar e apanhar aquilo que ficou para trás, aprendendo com o passado, para construir o presente e o futuro (NASCIMENTO, 2008, p. 29). Sankofa é o símbolo de retorno às origens para compreender quem se é. Ser sujeito de sua própria história requer conhecer as histórias e as experiências dos antepassados. Ao afirma-se como *afër*, negro, Anton Wilhelm Amo resistia a cada momento entre os iluministas, discutia e questionava a liberdade do povo negro e africano, vítima do comércio da escravização pelos europeus. Anton Wilhelm Amo foi um filósofo do Iluminismo. Assim como o personagem da cultura Akan Ananse guardou as histórias, Amo em sua memória, pensamento e filosofia preservou sua cultura, sua identidade de homem negro e africano resistiu mesmo vivendo na Europa.

A ressignificação da filosofia passa pela compreensão da importância da filosofia africana na história do pensamento e das ações humanas no mundo. A filosofia de Amo convida a todos os professores a voltarem no passado de uma tradição filosófica, ainda desconhecida, que não pode ser esquecida ou apagada das salas de aula do ensino médio, a fim de recolherem os elementos preciosos para que possam recontar e viver uma nova experiência com pensamento filosófico negro.

A história e a obra do filósofo negro Anton Wilhelm Amo constituem-se como um elemento precioso, pode criar outros caminhos sobre os quais articula-se o discurso filosófico, que não deve ser considerado de propriedade europeia.

Portanto, a atitude filosófica também parte da compreensão da história de que o pensamento africano e afrodescendente precisa e merece ser narrado aos estudantes do ensino médio. Pensar uma nova narrativa para a filosofia torna-se essencial, para que a história de Anton Wilhelm Amo e de outros filósofos negros, que sofreram com a tentativa de apagamento possam hoje sobreviver na memória dos estudantes, tornando-os, como o personagem Ananse, seres capazes de contar novas histórias.

Referências

- ABRAHAM, W. E. Anton Wilhelm Amo. In: WIREDU, K. (org.) *A companion to African philosophy*. USA: Blackwell Publishing, 2004.
- ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA, W. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador:

- Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AMO, A. W. *De humanae mentis apatheia et Tractatus de arte sobrie et accurate philosophandi*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- ARANHA, M. L. A., MARTINS, M. H. *Filosofando: introdução à filosofia*. 5ª.ed.. - São Paulo: Moderna, 2014.
- BADDOE, A.; DIAKITÉ, B. W. *Histórias de Ananse*. Tradução: Marcelo Pen. Editora SM, 2017.
- BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *Por que a Alemanha não se desculpou até hoje pelo primeiro genocídio do século 20*. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38554223> >. Acesso em: 5 dez. 2017.
- BACON, F. *Novum Organum*. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- CARVALHO, J. J. *As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil*. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2001.
- CHAUÍ, M. *Iniciação à filosofia*. 2ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 2013.
- DAMIS, C. *Le philosophe connu pour sa peau noire: Anton Wilhelm Amo*. Disponível em < <http://www.ruedescartes.org/articles/2002-2-le-philosophe-connu-pour-sa-peau-noire-anton-wilhelm-amo/> > . Acesso: 01 de Março de 2018.
- DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: Cemodecon-IFCH-Unicamp, 2004.
- DESCARTES, R. *O discurso do método*. Tradução J. Guinsburg & B. P. Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973, pp. 25-71.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.
- GALLO, S. *Filosofia: experiência do pensamento*. 1ª.ed. São Paulo: Scipione, 2013.
- LINEU, C. *Systema Naturae: secundum classes, ordines, genera, species cum characteribus differentiis, synonymis, locis* (1758). Disponível em: < https://archive.org/details/cbarchive_53979_linnaeus1758systemanaturae1758 >. Acesso em: 01/03/2018.
- KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é o iluminismo*, In A paz perpétua e outros opúsculos, Lisboa, Edições 70, 1995.
- KANT, I. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas, Papirus, 1993.
- MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro: PENESB; 2003.
- NASCIMENTO, Elisa larkin (org.) *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro. 2009.
- NOGUERA, R. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: SEAP, 2011.
- NOGUERA, R.; ROSA, E. A. A. ; SANTOS, A. E. . *Ensino de Filosofia e Relações Étnico-Raciais: Formação docente, PNLD e perspectivas antirracistas africana e afro-brasileira*. RETTA - Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas, v. 8, p. 191-203, 2017.
- PEIXOTO, A. L. A.; RIBEIRO, E. M. B. A.; BASTOS, A. V. B.; RAMALHO, M. C. K. *Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 569-591, jul. 2016
- PINAR, W. F. *O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto*. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.37, pp.35-44. ISSN 1413-2478.
- RAMOSE, Mogobe B. *Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana*. Ensaios Filosóficos, v. IV, p. 6-23, out./2011.
- WIEN MUSEUM. *Angelo soliman ein afrikaner in wien 29. september 2011 bis 29. januar 2012*. Disponível em:< <https://www.wienmuseum.at/de/aktuelle->

[ausstellungen/ansicht/angelo-solimanein-afrikaner-in-wien.html](#) > . Acesso: 01 de março de 2018.

WIREDU, K. *Amo's Critique of Descartes' Philosophy of Mind In: WIREDU, K (org.) A companion to African philosophy.* USA: Blackwell Publishing, 2004.

Recebido em: 31/07/2018

Aprovado em: 14/10/2018